



## PODER

# Haddad: Trump ataca para reabilitar radicais

Segundo o ministro da Fazenda, relatório da Polícia Federal divulgado na semana passada confirma que há uma conexão entre o tarifaço e a tentativa de influenciar a política interna brasileira, a fim de trazer de volta a extrema-direita ao poder

» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou, ontem, que o tarifaço de 50% às exportações brasileiras para os Estados Unidos tem o objetivo de “reabilitar a extrema-direita no Brasil”. Conforme salientou, a prova de que o governo do presidente Donald Trump pretende fazer com que os radicais tenham condições de voltar ao poder é o relatório da Polícia Federal (PF), divulgado na quarta-feira, no qual o ex-presidente Jair Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) são responsabilizados por uma ação conjunta visando dificultar as negociações para a suspensão das sanções.

“Vimos aí, pelas mensagens trocadas, que o único objetivo é livrar a cara dos golpistas e não tem nenhuma outra finalidade, essa hostilidade, que não seja reabilitar a extrema-direita no Brasil. O Brasil não pode servir de quintal de ninguém. Nós sabemos disso. Temos tamanho, densidade, importância para manter e garantir nossa soberania”, frisou, na participação por vídeo que fez no encontro do PT para debater a conjuntura política nacional e internacional, em Brasília.

Haddad também elogiou o vice-presidente Geraldo Alckmin — que acumula o comando do Ministério do Desenvolvimento, Comércio, Indústria e Serviços (Mdic) — nas negociações com os norte-americanos. “É assim que tem que ser. Sem bravata, mas fazendo valer a dignidade e a sobriedade da nossa gente”, enfatizou o ministro, referindo-se ao estilo comedido de Alckmin.

Depois da participação no evento do PT, Haddad concedeu entrevista à TV GGN, na qual salientou que os EUA atravessam um momento singular, com possibilidade de Trump impor retrocessos ambientais, democráticos, políticos e geopolíticos — citou como exemplo o recente cancelamento de US\$ 19 bilhões em investimentos em transição energética pelo governo norte-americano. O ministro também relembrou o histórico de ingerência dos EUA na América do

Reprodução/TVPT



No debate do PT, Haddad (no telão) elogiou a atuação de Alckmin nas negociações para amenizar os impactos da tarifa imposta pelos norte-americanos



**Vimos aí, pelas mensagens trocadas, que o único objetivo é livrar a cara dos golpistas e não tem nenhuma outra finalidade, essa hostilidade, que não seja reabilitar a extrema-direita no Brasil. O Brasil não pode servir de quintal de ninguém. Nós sabemos disso. Temos tamanho, densidade, importância para manter e garantir nossa soberania”**

**Ministro Fernando Haddad, da Fazenda, referindo-se ao relatório da PF sobre a atuação de Jair Bolsonaro e seu filho 03**

Sul, incluindo a participação em ditaduras na região ao longo do século 20, ressaltando que essas ações reforçam a complexidade das relações internacionais no contexto atual.

Por sua vez, Alckmin crê na superação da crise comercial entre Brasil e EUA. “Vai passar. Na década de 1980, era 24% a nossa exportação para os EUA, praticamente um quarto das exportações brasileiras. Hoje, é 12%. E o que está afetado é 3,3%. Isso é o que está afetado no tarifaço”, disse, também no encontro do PT. E acrescentou: “Não

vamos desistir de baixar essa alíquota e tirar mais produtos”.

### Novos horizontes

Alckmin também comentou as movimentações do governo federal para explorar novos mercados. Ele citou como exemplos a assinatura do acordo Mercosul-União Europeia, que pode ocorrer até o fim do ano, além de outras tratativas, como o acordo do Mercosul com o EFTA (bloco formado por Islândia, Liechtenstein, Noruega

e Suíça), Singapura e Emirados Árabes Unidos.

Para o vice-presidente, as medidas do governo incluídas no Plano Brasil Soberano — como linhas de crédito e suspensão de tributos incidentes sobre insumos importados — terão força suficiente para reduzir os impactos sobre os exportadores brasileiros impactados pelo tarifaço. Alckmin ainda considera que a reclamação aberta pelo governo brasileiro na Organização Mundial do Comércio (OMC) contra as tarifas norte-americanas surtirá efeito.

Em adição às tratativas levadas adiante por Alckmin e Haddad, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva também tem feito esforços junto ao Brics para que os países do bloco se unam num movimento de pressão contra os EUA, a fim de derrubar o tarifaço. O Brasil também tenta uma aproximação ainda maior com a Índia, também punida com uma taxaço de 50% nas exportações para os norte-americanos por comprar petróleo russo.

No encontro do PT, além do debate sobre a taxaço imposta pelo

### » Michelle reage a ação no Supremo

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro disse, ontem, “não temer” possíveis investigações do Supremo Tribunal Federal (STF), motivadas por uma ação do líder do PT na Câmara, Lindbergh Farias (RJ), encaminhada à Corte. Por meio de nota, ela afirmou que “nada deve e, portanto, não teme e não está preocupada com qualquer tipo de investigação”. O texto, compartilhado no perfil do PL Mulher no Instagram, classifica a representação como “mais uma manobra do governo lulopetista. Eles temem o retorno de Bolsonaro à Presidência, pois, assim como o retorno de Trump, isso representará o fim do sistema corrupto”, acusa.

governo Trump, o presidente do partido, Edinho Silva, anunciou que o partido vai às ruas no Sete de Setembro para reforçar o discurso em favor da soberania. Trata-se, também, de uma reação às manifestações que estão sendo programadas pelos bolsonaristas em favor do ex-presidente e contra o ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. À frente da convocação da extrema-direita está o pastor Silas Malafaia — detido na quarta-feira passada pela PF ao desembarcar, no Rio de Janeiro, vindo de Lisboa.

“O Brasil está sendo penalizado injustamente. As tarifas sempre foram utilizadas para equilibrar relações comerciais, mas estão sendo usadas com viés político. Um viés político que tem por objetivo impedir a apuração de crimes graves. Primeiro, uma tentativa de golpe. Se o povo brasileiro banalizar o que aconteceu em 8 de janeiro de 2023, nós vamos abrir precedente histórico gravíssimo.

**Leia mais na página 4**

# PGR analisa relatório da PF e defesa de Bolsonaro

» FABIO GRECCHI

A Procuradoria-Geral da República avaliará o relatório da Polícia Federal, divulgado na quarta-feira, no qual Jair Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) são indicados por coação a autoridades brasileiras. Da mesma forma, será a PGR quem analisará a defesa do ex-presidente sobre as acusações imputadas pela PF, cuja manifestação foi entregue pelos advogados na noite de sexta-feira.

Há a possibilidade de que seja apresentada uma nova denúncia, que, se aceita pelo ministro Alexandre de Moraes do Supremo Tribunal Federal (STF), pode tornar-se mais uma ação penal contra Bolsonaro e seu filho 03. Isso representa que o rol de crimes nos quais os dois estão enquadrados tende a ser ampliado.

No que se refere à análise da manifestação da defesa do ex-presidente, o prazo original vence hoje, mas o Código de Processo Penal permite a prorrogação até o próximo dia útil. A resposta cobrada por Moraes aos advogados de Bolsonaro foi entregue

por volta das 19h30 — prazo que a PGR tem para apresentar, até amanhã, a manifestação.

A defesa do ex-presidente divide em cinco tópicos a análise do relatório da PF. No primeiro, intitulado “A mais indisfarçada manifestação do lawfare”, os defensores salientam que “o relatório da Polícia Federal causa espanto. Encaixa-se como uma peça política, com o objetivo de desmoralizar um ex-presidente da República (que, quer queiram as autoridades policiais ou não, ainda é um líder político), expondo sua vida privada e acusando-o de fatos tão graves quanto descabidos”. Na análise dos advogados, “o objetivo é o massacre. A desmoralização. Ou seja, é lawfare em curso”.

No segundo ponto — intitulado “O asilo político” —, os advogados de Bolsonaro dizem que “a irrealdade da narrativa se mostra inaceitável, a começar pelo documento que a autoridade policial chama de ‘minuta de solicitação de asilo político’. E prosseguem os defensores: “Fato é que, com ou sem o rascunho, o ex-presidente não fugiu. Pelo contrário,

Gustavo Moreno/SCO/STF



Bolsonaro e o advogado Celso Vilardi: acusação de “lawfare” pela PF

obedeceu a todas as decisões emanadas pela Suprema Corte. (...) Sobre o cumprimento da lei, as autoridades policiais deveriam lembrar que ora o petionário foi preso em casa. A esta

altura, falar em fuga para ‘impedir a aplicação da lei penal’ parece não ter o menor cabimento”.

A resposta prossegue e, no terceiro item — cujo enunciado é “A

mensagem apenas recebida do telefone de Braga Netto” —, os advogados frisam que “ainda mais estereotipada é a tentativa de tirar alguma conclusão a partir da mensagem de SMS enviada em 2024 ao telefone do petionário”. “É incrível ter que dizer que a inexistência de resposta é o exato contrário de manter contato. Eis porque, impressiona muito mal a tentativa de afirmar que a medida cautelar de 2024 havia sido prontamente descumprida... com o silêncio do ex-presidente”, provocam os defensores.

Sobre a conversa com o advogado Martin de Luca — o quarto enunciado da resposta à determinação de Moraes para o relatório da PF —, os advogados de Bolsonaro afirmam que “é neste vazio de indícios que também surgem as mensagens com o advogado norte-americano Martin de Luca”. “Depois de destacar postagens do advogado, a Polícia Federal narra algumas poucas mensagens trocadas entre o causídico e o ex-presidente. O teor: o recebimento de petições públicas então já protocoladas nos EUA e o pedido de aconselhamento na nota à

imprensa publicada pelo petionário. O advogado americano não é investigado em nenhum feito. E não há qualquer proibição de contato do petionário com o advogado”.

Segundo os advogados de Bolsonaro, “há, na inclusão desta troca de mensagens com o advogado, uma pouco disfarçada tentativa de proibir quaisquer conversas com pessoas que possam compartilhar o mesmo matiz político e, portanto, as mesmas críticas. Eis porque, o relatório traz salto (i)lógico que nem mesmo o recorte de mensagens da Polícia Federal é capaz de sustentar”.

O quinto enunciado, “As conversas de WhatsApp”, os defensores do ex-presidente salientam que “conforme já demonstrado (...), nem o ex-presidente estava proibido de manifestar-se, nem a mera saudação, sem qualquer pronunciamento, poderia ser sequer remotamente confundida com a produção de conteúdo ilegal para ser usado em mídias digitais. A tentativa de incriminar o envio de mensagens privadas para sua lista de contatos é, de um lado, dar uma interpretação elástica às medidas cautelares impostas”.